

Brasil pode competir em inovação, diz estudo

Especialista aponta a necessidade de alinhar política de inovação com estratégia internacional

TECNOLOGIA

Renato Cruz

O Brasil tem avançado em sua política de inovação, segundo Ricardo Sennes, sócio-diretor da consultoria Prospectiva e autor do estudo *Inovação no Brasil: Políticas Públicas e Estratégias Empresariais*. "O País tem condições de entrar no jogo internacional de competição pela inovação", destacou o consul-

tor, na Fundação Armando Alvares Penteado (Faap).

Sennes definiu como objetivo da política de inovação "a construção sistemática de um ambiente integrado de incentivos para a aplicação sistemática do conhecimento na atividade econômica", o que inclui processos, produtos e serviços. "A política de inovação brasileira ainda é muito focada em coisas tangíveis, em produtos", disse o consultor.

O estudo teve como base uma série de seminários organizados pelo Brazil Institute do Woodrow Wilson International Center for Scholars. "A polí-

tica de inovação precisa ser integrada a uma estratégia internacional de mercado", apontou Sennes.

Um dos indicadores de inovação é o depósito de patentes. O estudo mostrou que as empresas brasileiras com mais patentes depositadas são aquelas que atuam no mercado internacional, como Petrobrás, Usiminas, Vale e CSN. "Quem entra no jogo internacional não tem opção", destacou. "Ou investe, ou está fora do mercado."

Na visão de Sennes, existe uma oportunidade de atrair centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estrangei-

ras que não está sendo explorada pelo País.

"A maior parte das patentes da China não foi feita por empresas chinesas", exemplificou o consultor. A atração de centros de desenvolvimento pode ser mais importante para o crescimento econômico do que a atração de fábricas, porque esses centros geram empregos para trabalhadores mais qualificados e acabam criando um ambiente propício para o surgimento de empresas inovadoras locais.

"A política de inovação deve ser voltada a empresas, e não a universidades, centros de pes-

quisa e pesquisadores", afirmou Sennes. Em países como a Alemanha, a China, a Coreia do Sul e os Estados Unidos, as empresas respondem pela maior parcela do investimento em pesquisa e desenvolvimento. Isso não acontece no Brasil, onde as universidades concentram a maior parte dos gastos. "Existe um problema claro de alocação de recursos."

INSTRUMENTOS

Segundo o consultor, o Brasil já tem instrumentos importantes para implementar sua política de inovação. "O País não está desarmado na sua capacidade

de gerar política, mas falta coordenação", afirmou Sennes.

Ele apontou que existem instituições de fomento (como a FINEP, o BNDES e os fundos setoriais), um marco regulatório (com a Lei de Inovação, Lei de Inovação e a Lei do Bem), políticas públicas (como a Política de Desenvolvimento Produtivo, lançada no ano passado) e uma agência de coordenação (a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial). "É difícil encontrar países na América Latina que já tenham esses instrumentos."

Sennes destacou que a inovação acontece hoje em ambientes formados entre a empresa e sua rede de clientes e fornecedores, e entre a empresa e universidades e centros de pesquisa. Ele defendeu que o estímulo à inovação seja mais abrangente, sem que haja uma seleção focada em determinadas áreas. ●